

Sarney também mexeu no Orçamento

■ CPI da corrupção não enquadrou ex-presidente, mas apontou várias irregularidades

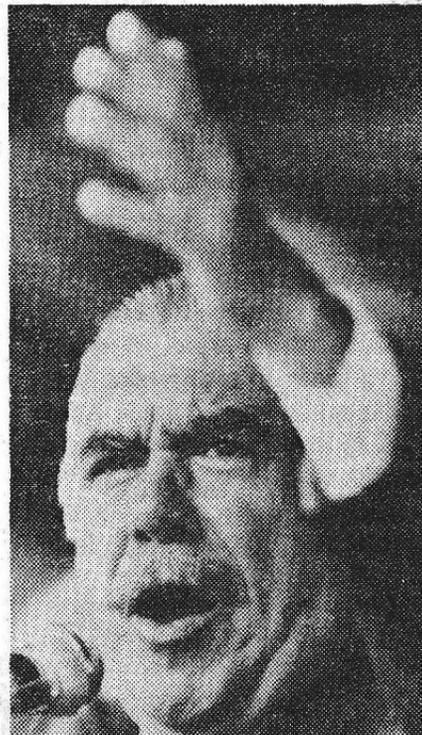
BRASÍLIA — A chamada CPI da Corrupção, instalada no Senado, em 1988, e que consumiu dez meses de trabalho, com a tomada de 51 depoimentos, registrados em 12 mil folhas datilografadas, não conseguiu enquadrar em crimes de responsabilidade o então presidente José Sarney e quatro de seus ministros. Mas, em seu relatório final, já chamava a atenção para a manipulação do Orçamento da União, segundo interesses puramente políticos, anotando nove violações à lei orçamentária.

No desenvolvimento da CPI, que teve à frente de seus trabalhos os então senadores José Ignácio Ferreira e Carlos Chiarelli, culpouse o então presidente da República e o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira por alocar verbas do Fundo de Auxílio aos Municí-

pios para atender a seus interesses políticos imediatos. Deste Fundo, municípios maranhenses receberam 17,79% do total, e municípios mineiros 26,83%, restando para todos os demais estados da Federação apenas 55,38%.

Consta ainda do relatório final da CPI de 1988, que o ex-presidente Sarney e seu ministro Aníbal Teixeira aprovavam liberações de verbas para os municípios, “sabendo que não havia verba orçamentária própria, ou sabendo que os recursos respectivos se encontravam esgotados no Orçamento”. De posse das assinaturas presidenciais, o então ministro do Planejamento “solicitava ao chefe da SOF que providenciasse a transferência de verbas de contingência para cobrir os desfalques dos fundos de auxílio aos municípios”.

Como não havia ainda sido promulgada a Constituição vigente, o presidente tinha o poder de editar decretos-leis. Um deles — segundo as conclusões da CPI de 1988 — impôs uma nova lei orçamentária. Foi o decreto-lei nº 2.443, de 24/6/88, instituindo sistemática para atualização monetária do Orçamento Geral da União, e autorizando o Executivo a “abrir créditos adicionais”. Para o então senador José Ignácio, o presidente Sarney violou, então, a Emenda Constitucional nº1, que impunha “lei formal para o orçamento”. Enquanto o governo impunha cortes no orçamento, de 19 a 21%, aumentava em 3% as verbas do ministério dos Transportes, para atender à construção da Ferrovia Norte-Sul.



Sarney e 4 ministros escaparam